

RELAÇÕES INTERGERACIONAIS, APOIO FAMILIAR E TRANSIÇÕES JUVENIS PARA A VIDA ADULTA EM PORTUGAL

Lia Pappámikail

Introdução

Nas últimas décadas em Portugal assistiu-se, à semelhança de outros países europeus, à extensão das trajetórias escolares e ao progressivo adiamento dos processos de emancipação material dos jovens da família (Figueiredo, Silva e Ferreira, 1999; Galland, 1997; Furlong e Cartmel, 1997, entre outros). Estes processos refletem-se num progressivo adiar da constituição de unidades residenciais e/ou familiares autónomas por parte dos jovens e da assumpção da condição adulta (reinvestida por esta via de novos sentidos e significados). Neste processo, a par com a generalização do acesso ao ensino, estão implicadas transformações no sistema produtivo que alteraram consideravelmente as relações laborais, flexibilizando-as e precarizando-as. Estas mudanças atingiram e atingem particularmente os jovens, mais afectados pelo desemprego, subemprego e não emprego (Pais, 2001: 15-50).¹

Ao nível macro das constelações normativas que presidem à orientação das trajetórias e às práticas sociais, verifica-se, por seu turno, uma pressão social crescente no sentido da individualização, da construção reflexiva e criativa das biografias e da adopção de éticas de cariz mais expressivo e hedonista (Pais, 1998). É certo que a individualização esbarra na prevalência de assimetrias e hierarquias sociais ao nível de diferentes graus de acesso a capitais escolares, culturais, sociais e económicos pelos indivíduos. E no acesso aos recursos, não subestimando as capacidades individuais de construção e obtenção de capitais por outras vias, intervém a família que, através dos projectos e estratégias educativas e apoios disponibilizados, acaba por se constituir como um dos factores modeladores do campo de possibilidades que os jovens, subjectiva e objectivamente, têm de gerir e a partir do qual fazem, mais ou menos reflexivamente, as suas escolhas.

Com efeito, ao nível do domínio privado das relações familiares, e tendo em conta o fraco sistema de apoio estatal,² pouco sistemático e visível na vida dos jovens (Pappámikail, 2004), o prolongamento da juventude traduziu-se na emergência de (re)definições e (re)configurações das dinâmicas de convivência familiar, ao mesmo tempo que os pais (investindo novos significados na vivência da parentalidade) se tornam, cada vez mais, no principal suporte financeiro e instrumental de

1 Agradeço à doutora Sofia d'Aboim Inglês a leitura crítica e as oportunas sugestões que contribuíram para elevar a qualidade do texto final. Agradeço igualmente os comentários dos avaliadores e revisores do artigo, cujas recomendações se revelaram de extrema relevância.

2 A presença relativamente fraca dos apoios estatais (cujos valores pecuniários são por vezes irrelevantes) nas trajetórias juvenis, colocando a ênfase na família e nas redes informais de solidariedade, não deixa de estar presente no debate em torno da noção de *welfare society* ou *welfare family* e dos limites desta face à intervenção do estado providência (ver entre outros Santos, 1993; Nunes, 1995).

apoio material nas trajectórias juvenis, incluindo a transição para a vida adulta.³ Pais e filhos vêem-se, assim, “obrigados” a negociar novos espaços de autonomia, bem como novas articulações entre os estados de dependência financeira e a independência associada à condição adulta. Na verdade, alguns autores sustentam que até ao momento o estudo das passagens dos jovens à condição adulta tem negligenciado o facto de as mudanças estruturais nas relações económicas e sociais das últimas décadas afectarem tanto os jovens como as gerações mais velhas (Wyn e Dwyer, 1999), o que remete para a importância do enfoque intergeracional aqui adoptado.

Face a este contexto de evidente complexificação dos processos de transição, importa então saber se novas exigências e novos constrangimentos (e novas oportunidades também) resultam, por um lado, na emergência de novas *culturas familiares de relacionamento intergeracional* e, por outro, de renovadas *modalidades de apoio familiar às trajectórias juvenis e processos de transição para a vida adulta*. Este apoio pode ser observado a dois níveis:

- o do *apoio objectivo*, observável tanto em transferências materiais e financeiras, como afectivas e emocionais — se bem que estas são objecto de uma filtração subjectiva pelos sujeitos;
- o das *representações* que os pais e os filhos têm do apoio disponível e disponibilizado.

A análise das transições juvenis para a vida adulta gravita, por outro lado, em torno de dois princípios analítico-conceptuais. Um primeiro prende-se com a constatação de que a existência de uma estrutura social segmentada, em que se cruzam diferentes sistemas de recursos sociais, económicos, culturais e simbólicos disponíveis às famílias, e aos seus elementos considerados individualmente, se traduz em diferentes estruturas de oportunidades objectivas (Ball, Maguire e Macrae, 2000). Na verdade, estratégias de apoio por parte dos pais, mais ou menos explícitas, facilitam (ou dificultam), em diferentes medidas, as transições da escola para o mercado de trabalho, bem como outras passagens estatutárias, como a constituição de unidades residenciais autónomas, a conjugalidade ou a parentalidade.

Um segundo princípio remete para a substituição de um modelo linear de transições juvenis, em que a assumpção da condição adulta era o culminar de uma série de etapas sequenciais e ritualizadas (escola, trabalho, conjugalidade, parentalidade), por um modelo fragmentado e polimórfico das trajectórias juvenis, de que são exemplo paradigmático as “trajectórias yô-yô” (Pais, 2001). As etapas transicionais passam, assim, de eminentemente unívocas e sequenciais a poder ser pluriunívocas, porque potencialmente reversíveis, parcelares e/ou concomitantes. Trata-se, desta forma, de um entendimento das trajectórias juvenis, do tornar-se adulto, que recusa a linearidade como perspectiva de análise, mas que projecta a

3 Não são objecto desta reflexão casos de evidente ruptura intergeracional, cujo significado e importância, independentemente do número de casos que representam, não devem contudo ser negligenciados.

complexidade fragmentada das transições (tantas como as dimensões de vida dos indivíduos) articulando-a com a perspectiva familiar (Pais, 2001; Wyn e Dwyer, 1999). Às transições, peçadas de rupturas, avanços e retrocessos, surge associada por jovens e pais uma multiplicidade de sentidos, tanto atribuídos como reivindicados, sobre o que é hoje tornar-se e ser adulto (Plug, Zeijl e du Bois-Reymond, 2003).

Com base numa aproximação qualitativa, realizada no contexto de uma pesquisa comparativa europeia, perfazendo um total de 42 entrevistas (30 jovens e 12 mães ou pais)⁴ realizadas em Portugal, propomo-nos lançar pistas sobre o modo como as representações de pais e filhos sobre o apoio familiar às transições se conjugam em dinâmicas mais ou menos consensuais de articulação do binómio autonomia/dependência juvenil da família, e de que forma essa articulação está ou não relacionada com diferentes culturas familiares de relacionamento intergeracional.⁵ Sublinhe-se o facto de não se pretender que as interpretações aqui avançadas sejam representativas da população portuguesa, apesar da diversidade da amostra, em termos de condições sociais dos entrevistados, das suas trajectórias e das suas projecções de futuro.

Por outro lado, a materialização empírica destes traços, ou seja, a vivência de jovens com diferentes origens sociais e também diferentes trajectórias escolares (aqui apresentados como exemplos paradigmáticos) permite-nos mapear a diversidade de modalidades concretas de transições juvenis e estratégias, intervenções e representações do apoio familiar. Construiu-se, para o efeito, uma tipologia que dá conta de modos de transição em três grupos sociais em que, cruzando testemunhos de pais e filhos, se analisam algumas dimensões: apoio, projecto educativo, trajectória escolar e profissional, representações do futuro e relações familiares.⁶

Assim, no presente artigo proceder-se-á, num primeiro momento, à apresentação de uma selecção de três situações distintas de transição da escola para o mercado de trabalho, articuladas com a perspectiva de um dos pais, lançando as bases para questões que, num segundo momento, se procurará sistematizar, tomando em consideração os dados relativos ao total das entrevistas, lançando pistas interpretativas que resultam numa perspectiva cruzada das representações do apoio familiar nas transições para a vida adulta. Para finalizar, alinhar-se-ão algumas

4 Os dados utilizados neste artigo fazem parte de um projecto de pesquisa comparativa envolvendo oito países — *FATE, Families and Transitions in Europe*, coordenado em Portugal pelo professor doutor Machado Pais (ICS). A amostra portuguesa foi seleccionada através da lista de contactos voluntários conseguida aquando da aplicação de um inquérito a estudantes finalistas de estabelecimentos de ensino localizados em Almada e a diferentes níveis de ensino (obrigatório; vocacional \ profissional; universitário) durante o período de Abril a Junho de 2002. As entrevistas foram realizadas entre cinco meses a um ano após o fim do ano escolar, ocasião em que os primeiros autorizaram a entrevista a um dos pais. As entrevistas foram realizadas individualmente.

5 Dependência surge aqui como um conceito multidimensional. A dependência pode ser tanto económica como afectiva ou psicológica, à qual podem estar associados diversos “registos de significados” pelos sujeitos (Schneider, 2000).

6 A tipologia aqui apresentada não esgota, de modo algum, as modalidades de transição para a vida adulta em Portugal.

reflexões finais que pretendem incluir esta temática num conjunto de questões mais abrangentes, nomeadamente nos processos de mudança social que influem nos sistemas de transição juvenil para a vida adulta.

Uma aproximação tipológica às transições para a vida adulta: trajectórias juvenis, relações familiares e apoio

Nuno e seu pai Henrique: apoio à individualização em meios favorecidos

O Nuno tem 27 anos e terminou a parte curricular de um bacharelato em animação sociocultural. Os pais, com quem vive numa casa ampla, têm ambos formação superior e desempenham profissões qualificadas e bem remuneradas. Ao Nuno falta apenas a memória final de licenciatura, que ainda não terminou, na sua perspectiva, por falta de motivação no desenvolvimento de um trabalho eminentemente teórico quando o que lhe interessa são as aprendizagens práticas que obtém na associação sem fins lucrativos que fundou com uns amigos. Para Henrique, seu pai, as razões serão outras. Falta de disciplina e organização, o que causa algumas preocupações e ansiedades a este pai, que entende o papel da formação certificada como um investimento estratégico. A obtenção de um título escolar é vista como a porta de entrada para o segmento do mercado de trabalho com maiores ganhos materiais e simbólicos. Na sua opinião, não basta frequentar, há que completar a formação superior, na medida em que os títulos escolares, talvez mais do que as competências profissionais práticas, em que Nuno concentra os seus investimentos, medeiam a relação com o mercado de trabalho.

Nuno apresenta uma trajectória escolar fragmentada, muito próxima daquilo que tem sido definido como “trajectória yô-yô” (entre outros, Pais, 1996 e 2001). Na verdade, optou num primeiro momento por engenharia. Esteve em Coimbra dois anos, decidiu vir para Lisboa estudar no mesmo curso, acabou por desistir. Entretanto, nos períodos de inactividade escolar, foi trabalhando em empregos ocasionais. Decidiu então voltar atrás e começar de novo, naquela que considerou, finalmente, ser a sua vocação — a animação sociocultural. Nesta difícil decisão contou com o apoio dos pais — aliviados por o Nuno ter finalmente encontrado um caminho vocacional em que se sentisse “feliz”. “O importante era que ele gostasse!”, afirma Henrique. Este apoio teve outros custos para além dos emocionais (tensões resultantes de se reconhecer um caminho errado), uma vez que coube aos pais financiar uma universidade privada.

De realçar o facto de esta dupla trajectória escola/trabalho, embora vivida em alternância, não constituir um padrão nas trajectórias dos estudantes universitários, como salientou Mauritti (2002) na sua pesquisa. A acrescentar às suas conclusões, contudo, deve ser sublinhado o facto de esta opção pela exclusividade ter resultado, de acordo com testemunhos de pais e filhos estudantes, mais frequentemente da insistência dos pais do que propriamente de uma vontade explícita dos filhos em não trabalhar. Na verdade, a obtenção de formação superior não deixa de ser um investimento dos pais, que não se quer ver perturbado por eventuais

desvios resultantes de uma experiência laboral e consequentes ganhos financeiros, reforçando, também por esta via, o volume e o fluxo do apoio familiar.⁷

Reflectindo sobre este ponto de viragem biográfico (a mudança de área vocacional), Nuno realçou a importância da compreensão dos pais pelos seus maus passos: “Eles nunca me pressionaram”, diz a certa altura, admitindo simultaneamente que sem esse apoio nunca teria tido a oportunidade de seguir o que realmente gostava. Contudo, reconhece que, aquando da escolha pela engenharia, não estava preparado. Mas “parado não podia ficar”, diz o pai. Essa é, na verdade, uma condição para o apoio familiar. Daí que, na prática, estes dois princípios — criar condições para a escolha/decisão livre e autónoma e a urgência dessa mesma decisão — possam resultar num paradoxo, introduzindo, por esta via, subtis formas de pressão, eminentemente modeladora, e não interventiva, que podem influenciar as escolhas. Mais, do ponto de vista discursivo, a disponibilidade para apoiar através de transferências financeiras gravita em torno da percepção de propósito, ou seja, as dádivas são vistas como investimentos com uma finalidade (definida pelo Nuno) e considerada pelos pais como válida e merecida. Deste modo, o fluxo do apoio acaba por ser filtrado pela avaliação parental, levada a cabo segundo os seus valores e as suas representações do que é, ou não, um bom investimento. Mais uma vez, permitir aos filhos serem aquilo que quiserem — discurso comum entre a globalidade dos pais entrevistados — encontra aqui um limite objectivo. Outra fronteira situar-se-á nos limites do mérito. Na verdade, o pai defende e o filho aceita uma lógica meritocrática para o apoio, que se reveste assim de um cariz condicional. No entanto, a aferição do mérito é subjectiva e, olhando para a trajectória do Nuno, fragmentada, ziguezagueando por carreiras escolares, verifica-se uma associação entre um discurso de condicionalidade e uma prática de apoio incondicional.

Do trabalho que tem actualmente auferir um salário modesto, que acumula com uma mesada atribuída pelos pais. Esta é a principal razão apontada para adiar uma eventual transição residencial. Por outro lado, não deixa de acrescentar que a convivência é relativamente pacífica. Há espaço e recursos suficientes, afirmam ambos. A harmonia familiar, ou uma ausência ou desvalorização de conflitos, não assenta necessariamente numa proximidade afectiva quotidiana. Algo que Nuno e Henrique admitem quando questionados sobre as relações familiares. Isso não impede que cada um seja entendido pelo outro como figura central na condução das respectivas trajectórias, condicionando estratégias, planos e decisões. Esta centralidade é reforçada com discursos de interdependência emocional em situações de crise, ou seja, a garantia do apoio emocional é fundamental para o equilíbrio do relacionamento familiar. A extensão da estadia na casa dos pais é, por outra via, facilitada pela autonomia relativa com que o Nuno gere o seu quotidiano e o uso do espaço doméstico. Autonomia construída e conquistada progressivamente mediante provas de responsabilidade.

No que diz respeito ao futuro, nem um nem outro estabelecem prazos para a concretização de objectivos (sair de casa, estabilização profissional, conjugalidade,

7 Na verdade, entre os jovens que foram mantendo actividades profissionais mais ou menos regulares estão aqueles em que o processo de obtenção de qualificações superiores (e não só) vive mais do empenho individual do que do entusiasmo e/ou investimento familiar.

etc.). Esta é, aliás, uma das evidências das estratégias “defensivas” que os sujeitos tendem a adoptar face a um futuro cada vez mais imprevisível (Pais, 2003). No entanto, diferentes orientações normativas parecem estar em jogo: uma ética centrada no trabalho e no dever e uma ética claramente mais orientada para a expressividade individual de cariz hedonista (Pais, 1998). Ou seja, se para o pai é no planeamento e no alinhamento estratégico das passagens estatutárias (emprego, casa, casamento, etc.) que reside o sucesso das transições para a vida adulta, para o filho é exactamente no não planeamento da sua trajectória que residem as oportunidades de viver o presente plenamente e de, por essa via, acumular o máximo de experiências de vida.⁸ As tais que lhe rendem sentimentos de satisfação e realização pessoal, mesmo tomando em consideração o carácter estrutural da instabilidade na área profissional que escolheu. Contudo, o importante é que estas diferentes aproximações normativas parecem não interferir nem no volume dos apoios prestados, tanto materiais como simbólicos, nem na avaliação que Nuno faz dos mesmos. Relevante também é o facto de a trajectória individualizada e reflexiva de Nuno, orientada por valores pós-modernos (Inglehart, 1990 e 1997), ser, pelo exposto, resultado de uma base de apoio bem provida de recursos materiais, que lhe permite escolher, decidir, errar e voltar atrás, isto é, uma biografia individualizada construída com base em “escolhas reflexivas”, sem nunca estar em causa a sobrevivência material, mas que depende dum apoio familiar assente numa ética de trabalho, até certo ponto, tradicional. Um paradoxo sobre o qual nos parece forçoso reflectir.⁹

Fernando e Maria Helena: apoio para a mobilidade em contextos populares

Fernando tem 20 anos e terminou recentemente um curso profissional promovido pelo centro de emprego. Foi lá parar por insistência da mãe, Maria Helena, doméstica com o ensino secundário incompleto que, vendo os resultados modestos da tentativa de seguir o ensino secundário tecnológico, procurou uma via profissional que conferisse um diploma secundário e uma facilitada inserção no mercado de trabalho. O importante era não abandonar a escola de imediato: “estudar é muito importante”, repete a mãe variadas vezes. Também Fernando admite que, na época, a motivação pela escola era fraca. Mas abandonar significaria seguir o pai para as obras de construção civil. Experiências ocasionais ensinaram-lhe que essa vida

8 À semelhança dos jovens noruegueses mencionados por Nilsen, Nuno parece reear “uma vida adulta estática”, colocando a ênfase na mobilidade e na acumulação de experiências diferenciadas, numa clara oposição à estabilidade e imutabilidade das carreiras profissionais dos pais (1998: 74).

9 Nesta perspectiva, os avanços da individualização são travados pela persistência das desigualdades. Segundo Furlong e Cartmel (1997), entre outros, a modernidade tardia é ainda uma sociedade polarizada, sendo que as desigualdades permanecem, se bem que numa forma mais individualizada. Na verdade, “A maioria das escolhas envolvem dinheiro” (Nilsen, Guerreiro e Brannen, 2001: 162-184). Este título de um texto que compara jovens portugueses e noruegueses não deixa de espelhar de forma paradigmática o acesso desigual a uma individualização reflexiva que inevitavelmente estrutura diferentes modos de transição para a vida adulta.

era “dura” demais, e isso ele não queria. Se para escapar a esse “destino” era preciso estudar mais, então seguiria esse caminho. Neste caso a via da qualificação escolar surgiu como uma escapatória a uma inserção desqualificada no mercado de trabalho. Dadas as limitações no aproveitamento, Fernando e a mãe acabam desenhando um projecto mais “realista”, como definido por Mateus (2002). Na verdade, este novo projecto resulta de “condutas de realização que visam objectivos ponderados e imediatos (...) que se pretendem potencializar em opções escolares de cariz tecnológico e profissionalizante, às quais está subjacente uma perspectiva de maior facilidade curricular” (p. 128). A verdade é que, com o passar do tempo, as aprendizagens profissionalizantes o reconciliaram com a escola, onde começou a investir de forma séria e sistemática, terminando o curso de três anos de técnico de gás, como o melhor aluno da turma. A sua mãe nem queria acreditar, diz-nos a certo ponto.

Um professor acabou arranjando-lhe colocação numa empresa, onde se encontra actualmente, com um contrato a termo fixo. Está satisfeito, os rendimentos que aufera são suficientes e não tem qualquer obrigatoriedade de participar no orçamento doméstico. A partir do momento em que começou a trabalhar Fernando responsabilizou-se apenas pelas despesas relacionadas com o vestuário e com os seus lazeres. “Não lhe vou dar dinheiro para sair à noite, agora que trabalha, não é?”, diz Maria Helena. O dinheiro que Fernando ganha é para ele, o que é um apoio instrumental significativo. Afirmo Maria Helena que se sempre lhe deu de comer, porque não havia de continuar?

Ambos reconhecem haver, no entanto, alguma tensão na forma como Fernando gasta o seu dinheiro. Os pais prefeririam que ele poupasse e dessa forma preparasse o futuro (uma casa, uma eventualidade, etc.), mas Fernando acha-se muito novo. Além do mais, entende que deve “gozar” o presente ao máximo, não se privando de lazeres e consumos. Este confronto não deixa de ser mais uma evidência de alguma distância normativa entre gerações, aqui ilustrada por uma tendência de os jovens concentrarem as suas energias na vivência do presente. Os jovens tendem a rejeitar, aliás, uma ética de sacrifício assente na poupança, muito presente na geração dos pais (Pais, 1998). Fernando ainda vive em casa dos pais, e não pretende sair tão cedo. Porque o faria? Fernando considera gozar de uma situação confortável. Na sua opinião, apesar de os pais não concordarem com tudo o que faz, dão-lhe uma grande autonomia na gestão do seu quotidiano. A estadia em casa dos pais permite-lhe, por outro lado, usufruir da totalidade do salário, o que não aconteceria se vivesse por sua conta. Se tal acontecesse, diz-nos a páginas tantas, seria a mãe a tomar conta da casa de qualquer maneira. Ficar em casa dos pais acaba por ser, nesta perspectiva, uma decisão racional.

Para Maria Helena, como outros pais contactados aliás, a estadia prolongada gera sentimentos ambíguos. Se, por um lado, é frequente o discurso da importância da emancipação total, talvez sinónimo de uma educação bem sucedida, na medida em que os filhos não deixam de ser projectos nos quais se investem expectativas de mobilidade social, a presença dos filhos no espaço doméstico é, por outro, uma fonte de alegria que, mais ou menos inconscientemente, se quer prolongar. Maria Helena recorda o episódio em que surgiu uma oportunidade para um emprego em

Coimbra. Queria que o filho se tornasse independente, o pai achava mesmo que ele se “faria homem” mas, ao mesmo tempo, achava-o ainda “muito criança”. A mãe insistiu para que ficasse, dizendo que outras oportunidades surgiriam.

Fernando, no entanto, não reconhece à partida a influência de ninguém e diz tomar todas as suas decisões autonomamente, algo que, aliás, é muito importante para ele, que assim se vê como único responsável pelas escolhas, certas e erradas, que fez e fará. No entanto, olhando para as suas opções e decisões, não terá sido assim tão imune às influências externas, nomeadamente da mãe, o que remete para a influência modeladora e simultaneamente não interventora nas decisões que os pais aparentam ter na gestão das trajectórias dos filhos.

Fernando aprecia muito o apoio que recebe e sempre recebeu dos pais. Considera que lhes deve muito. Não espera deles dinheiro para comprar uma casa ou um carro (não está ao alcance dos rendimentos familiares, acrescenta a mãe), mas entende os apoios recebidos, quotidianos ou ocasionais, como a carta de condução por exemplo, mais do que suficientes. Sabe que a concretização desses objectivos dependerá apenas dos frutos do seu trabalho. Nada que o angustie, é forçoso salientar. Este facto, à semelhança do verificado na maioria dos casos, sugere que a avaliação do apoio familiar pelos jovens não se faz com base nas transferências materiais, maiores ou menores consoante os recursos disponíveis, mas nas transferências afectivas que medeiam as interacções familiares, gerando dependências mútuas, contribuindo igualmente para a configuração da família percebida e vivida enquanto espaço de harmonia e bem-estar.

O retrato das relações familiares traçado por mãe e filho é de harmonia. Os conflitos são retratados como irrelevantes, ou pelo menos como não pondo em causa os equilíbrios relacionais que estruturam a dinâmica familiar. Maria Helena ocupa um papel mais relevante do que o marido, é certo. As mulheres serão mesmo o pilar central das interacções familiares da maioria dos casos contactados, nomeadamente na sua vertente expressiva, numa clara evidência da manutenção e mesmo reforço de alguns papéis sociais de género tradicionais no seio da dinâmica familiar.

Também neste caso, há diferenças na orientação normativa das trajectórias, num claro confronto de valores mais tradicionais dos pais (ética centrada no trabalho, numa relação mais austera com o dinheiro, representações sobre o alinhamento das passagens estatutárias — sendo a norma de “sair de casa para casar” um bom exemplo) e emergência de valores mais pós-modernos do Fernando (recusa de estabelecer compromissos ontológicos com a concretização de objectivos de vida, como a conjugalidade ou a saída de casa, fragmentação das trajectórias, adopção de éticas mais centradas na expressividade individual, etc.). Curioso, no entanto, foi constatar a natureza pouco conflituosa deste confronto, temperado pelos afectos e por uma flexibilidade nas relações intergeracionais, que aponta para uma dupla socialização ou, pelo menos, para uma flexibilidade recíproca na gestão destes “desencontros”. De acordo com o defendido por Pais (1998), estes traços apontam para uma cultura pré-figurativa das relações intergeracionais: “Ou seja, de uma geração a outra há saberes e posições que se herdaram e transmitem, garantindo uma certa continuidade geracional. Mas há também lugar para a transformação

dos valores, sem que estes tenham de estar necessariamente polarizados em torno de distintas gerações.” (p. 30)

Apesar das diferenças normativas, os pais pretendem ajudar o filho, que espera este apoio. Contudo, diferenças nos recursos disponíveis consubstanciam um modelo de apoio diferente do vivido na família de Nuno e Henrique. Grandes transferências financeiras ou bens de vulto (casa ou carro) não estão ao alcance desta família no momento nem num futuro próximo. Podem, como sugere Maria Helena, ser fiadores de um possível empréstimo bancário, por exemplo. Por outro lado, os pais, especialmente a mãe, pretendem manter apoios instrumentais de natureza quotidiana. Significativo é o facto de alguns jovens, de que Fernando é apenas um exemplo, serem socializados no seio destas limitações relativas e encararem-nas como normais, não criando expectativas de apoio que excedam as reais capacidades materiais dos pais. No limite, isto significa que as limitações objectivas do apoio familiar não interferem nas representações subjectivas da família, ou seja, do seu lugar na construção da trajectória individual, nem na avaliação muito positiva do relacionamento com os pais.

Sara e Cristina: apoio para a satisfação imediata em contextos precários

Sara está prestes a completar 17 anos. Abandonou a escola antes de terminar o sexto ano de escolaridade numa turma de currículo alternativo. Foi uma decisão sua, que a mãe acabou por aceitar (“se eu obrigasse ela faltava à mesma!”), apesar de ser um sonho para si ver os filhos completarem pelo menos o 9.º ano. Na verdade, Cristina, 35 anos, não terminou o ensino primário para poder ajudar a mãe a cuidar dos irmãos mais novos. Além do mais diz saber muito bem a falta que a escola faz quando se quer arranjar um emprego melhor. Vivem todos, Cristina e os seus três filhos, do seu salário de porteira num prédio de habitação social da Câmara Municipal.

Para justificar o abandono escolar precoce, em termos de qualificações e idade, convocam-se razões como o “ser fraca de cabeça” e os complexos resultantes de Sara ser bastante mais velha do que os colegas de turma. É conhecido o domínio das explicações individualistas para o insucesso e abandono escolar. Mais, se as raparigas associam maioritariamente o seu insucesso à falta de capacidades, os rapazes pendem mais frequentemente para a falta de trabalho. Para além da assunção de “menores capacidades cognitivas” por parte das raparigas, considera Natália Alves que as raparigas são “mais vulneráveis aos juízos que a escola produz (...) e portadoras de uma menor confiança nas suas capacidades”, o que se encaixa perfeitamente nos argumentos convocados por Sara (Pais e Cabral, 1998: 86-87).

Sara estará, assim, numa situação de “dupla desvantagem” face à cultura escolar que, apesar de tudo, parece favorecer uma mais fácil integração das raparigas e constituir um relevante contributo para a construção das identidades femininas, ao se desenvolverem em “paralelo”. Na verdade, com uma origem social dotada de fracos recursos à partida, a sua trajectória demonstra insucesso tanto em atingir os resultados escolares mínimos como nas “expectativas de género” em relação à escola. Se a este cenário acrescentarmos a inserção mal sucedida no mercado de trabalho, o

discurso de Sara constitui um bom exemplo de uma “identidade desvalorizada” porque subjectivamente experienciada como “periférica” (Abrantes, 2003: 105-112).

Na realidade, Sara estava convencida que seria mais fácil a inserção no mercado de trabalho. Num primeiro momento achou que seria possível ingressar num curso de cabeleireira, arranjado pelas psicólogas da escola. Infelizmente teve um pequeno acidente que a impediu de ir à entrevista. E apesar de as psicólogas da escola (que insistiram muito para que voltasse e terminasse o ano) lhe terem dito para telefonar explicando o sucedido, ela não o fez. Também não sabe explicar porquê, embora a mãe se tenha queixado da sua inércia e falta de iniciativa diversas vezes. Depois experimentou ir para a *Telepizza*, mas esse emprego em *part-time* durou pouco mais do que um mês. Sara diz-nos que fazia muitas vezes noites e entendeu que o pagamento não justificava os sacrifícios. A sua mãe, no entanto, fala-nos dos problemas relacionados com as folgas coincidentes com as idas à praia combinadas com as amigas, ou com as festas familiares ao fim-de-semana. Uma certa dificuldade em estabelecer compromissos que impliquem um esforço entendido como desconfortável. Porventura uma dificuldade em separar as dimensões lúdicas e conviviais das obrigações de um emprego.¹⁰ Aliás uma dificuldade que atravessou todo o seu percurso escolar: um código simbólico que não se domina (as aulas, as matérias, as regras), uma aprendizagem de competências sociais que permitam interagir em lógicas mais formais e/ou institucionais de que se exclui, e se é excluído também.¹¹

Por ora fica em casa. Sai de quando em vez, quando alguma amiga a chama, mas passa dias inteiros sem sair, diz-nos a mãe. Quer um emprego, mas as diligências para que tal aconteça são tomadas pela mãe, que recorre às redes de parentesco para ver se algum emprego, como caixa no supermercado do centro comercial do bairro, surge. O ideal até era arranjar um curso qualquer. Mas como? Onde? Faltam os conhecimentos práticos que lhes permitam recorrer aos instrumentos de apoio estatal disponíveis. Cristina sabe que Sara não gostaria de ter de lidar com dinheiro mas, sendo uma “criança obediente”, aceitará. Antes de tudo isso, no entanto, precisa de um novo bilhete de identidade, destruído no tambor da máquina de lavar. Há meses que espera ter dinheiro para o fazer, diz-nos Cristina. Todo este processo é moroso e pejado de complexidades difíceis de gerir para esta família, relembrando o facto de até os procedimentos burocráticos mais básicos (a nossa identificação como cidadãos) exigirem certas competências sociais, como justamente salientou Gomes (2003) ao debruçar-se sobre a questão da (i)literacia. Não se tratando propriamente, neste caso, de total ausência de competências básicas como a escrita, a leitura ou cálculo, evidencia-se uma incapacidade/receio de operacionalizar essas

10 Este foi um traço patente noutros casos. A ter em conta o facto de a idade, bastante jovem, estar associada a um determinado estágio de desenvolvimento psico-social não comparável ao de Nuno, por exemplo, dez anos mais velho.

11 Sara aproxima-se, assim, do perfil de uma “aluna em fila de espera” definido por Dubet e Martuccelli (1996) e recuperado por Abrantes (2003), ao sentir uma profunda alienação em relação à instituição escolar. A este sentimento não é, certamente, alheia a sua condição social e culturalmente desfavorecida, relembrando, mais uma vez, a importância das assimetrias sociais que a escola (re)produz.

competências na vivência quotidiana. Mais, a relação com as instituições é vivida com base na desconfiança e desconhecimento, estruturando uma certa hostilidade simbólica face àquelas.

Aliás, se não for ela a tratar do assunto do bilhete de identidade, Sara dificilmente o fará, acrescenta Cristina. Mais uma vez, “falta-lhe iniciativa!” A transição para o mercado de trabalho é, deste modo, gerida pela mãe, mediada pelas oportunidades que Cristina acredita existirem para uma jovem como a Sara e limitada às proximidades social e geográfica de onde se encontram. Na verdade, foram encontrados diferentes modos de conceptualizar o mercado de trabalho entre o conjunto de jovens entrevistados. A estrutura de recursos materiais e simbólicos de origem e o resultado das trajectórias escolares dos próprios influem na extensão e dimensão das representações sobre o mesmo. Se os mais qualificados tendem a reflectir sobre um mercado de trabalho sem limites em termos geográficos, nem em variedade de opções laborais, já os menos qualificados conceptualizam um espaço de oportunidades laborais reduzido a um segmento secundário, limitado, muitas vezes, às fronteiras do universo geográfico e social do bairro e cercanias.

Escolha, vocação e realização profissional adquirem, deste modo, um novo sentido neste contexto económica e socialmente desfavorecido. As oportunidades e possibilidades acessíveis a jovens como a Sara (e não serão tão poucos como isso) são, manifestamente, muito mais reduzidas do que as dos seus pares mais qualificados, uma vez vedado o acesso a segmentos mais privilegiados do mercado de trabalho por falta de qualificações e pela jovem idade.¹²

Num outro registo, e à semelhança dos seus pares aqui representados, a Sara aprecia, valoriza e agradece o apoio dado pela mãe. Mesmo quando decidiu abandonar a escola (“pensava que ia ser mais fácil, agora arrependo-me...”). Está consciente de todos os sacrifícios feitos pela mãe para a criar a si e aos seus irmãos e quer começar a trabalhar o quanto antes, de modo a poder ajudá-la. O facto de não os poder apoiar mais, materialmente falando, é para esta mãe uma fonte de angústia: não poder dar-lhes aquilo que querem. Acrescenta mesmo que aquilo que têm (computador, vídeo, etc.) foi comprado com muito sacrifício. Na verdade, o apoio aos filhos é concebido apenas na sua vertente material: “gostava de poder dar-lhes mais qualquer coisinha... Eles merecem tudo pobrezinhos!”. Há que salientar a relevância que o tema “desvio” assumiu para Cristina, à semelhança de alguns pais originários de meios sociais mais desfavorecidos. O facto de Sara não estar envolvida com drogas, por exemplo (“há tanto disso aqui no prédio...”), como que balança, compensando subjectivamente o abandono escolar, constituindo-se como algo a realçar quando se fala de mérito e de apoio material. Assim, os investimentos feitos, em bens de consumo de alto valor simbólico em contextos juvenis, porque importantes geradores de capitais identitários, acabam por ter um retorno imediato em termos de satisfação. Cristina dá “aquilo que eles querem” e “eles ficam

12 Segundo João Ferrão e Fernando Honório (1999), entre 1993 e 1997 40.000 jovens portugueses abandonaram anualmente o sistema de ensino sem completar o 9.º ano, naquilo que é uma das taxas de abandono mais altas da UE.

contentes". Apoio que Sara acha que deve procurar merecer, respeitando as decisões da mãe e obedecendo.

"Melhor amiga" é como se consideram reciprocamente, traçando um cenário de harmonia familiar, temperado por pequenos conflitos domésticos (discussões entre irmãos, por exemplo). Por outro lado, apesar da trajetória desta família monoparental ser pontuada pela ausência de uma figura parental (um pai toxicod dependente, actualmente preso), por desemprego de longa duração de Cristina, por diversas mudanças de casa, etc., a ênfase discursiva é colocada no forte laço afectivo que estrutura as interacções entre mãe e filha, a que estará, porventura, associada alguma afinidade de género: uma relação próxima, em que existem espaços de reserva de intimidade, relativamente a assuntos relacionados com a sexualidade ou vida afectiva por exemplo, pontuada por pequenos conflitos domésticos sem grande relevância. A existência de espaços de reserva de intimidade foi uma constante na caracterização das relações pais-filhos. A extensão destes espaços de reserva de intimidade, na maioria das vezes auto-impostos pelos jovens, é tanto maior quanto maior é a distância normativa e cultural das gerações. Solomon e outros (2002) sugerem que a dinâmica resultante do confronto entre discursos de abertura por parte dos pais, como forma subtil de exercer práticas de controlo sobre a vida dos filhos, interfere na configuração das interacções familiares. Nesta perspectiva, os jovens tendem a procurar um ponto de equilíbrio nas áreas de informação partilhável com os pais, sem correrem o risco de comprometerem a autonomia conquistada ou ainda por conquistar.¹³

O futuro para Sara é, neste momento, a curto prazo. Os discursos sobre o futuro limitam-se à obtenção de um "pequeno" emprego que a ocupe e que permita a Sara responsabilizar-se pelas suas despesas. Não será ainda adulta, apesar da maturidade que Cristina lhe reconhece em alguns aspectos. Criança é o termo que usa para falar dela. Constatando agora que o abandono escolar foi um mau passo, dadas as dificuldades para uma pessoa da sua idade e com as suas qualificações (5.º ano) em arranjar trabalho, Sara reveste o seu futuro de sonhos, com alguns objectivos e ambições, sem que um caminho, estratégia ou plano concreto seja traçado: gostava de ser cabeleireira, de ter uma casa, trabalhar para ajudar a mãe e um dia cuidar dela.¹⁴ Sobretudo, ouvindo conselhos da mãe, pensar em si primeiro (Cristina foi mãe aos 16 anos de idade), lutar por aquilo que quer. Para tal, ela confia no apoio da mãe. A questão não é, portanto, se existe apoio familiar, mas qual é a natureza desse apoio. Como é gerido? Quais os recursos utilizados? Na realidade,

13 De facto, "enquanto ambos [pais e filhos] subscrevem um discurso de abertura como caminho tanto para a intimidade como para a democracia, experienciam as suas relações de forma a garantir que têm interesses opostos na troca de informação. Para o pai ou mãe, ganho de informação significa retenção de poder e controlo, e mais intimidade às custas da democracia; para o adolescente, a retenção da informação é o meio através do qual conquistam privacidade, poder e identidade, mas às custas da intimidade." (Solomon, Lewis, Warin e Langford, 2002: 966)

14 Seguindo a definição de Pais (2003), aproximar-se-ia de um "futuro fantasia", em que os "sonhos parecem controlar a vida das pessoas. Os sujeitos não hesitam em falar dos seus planos de futuro, como se a sua falta de preocupação sobre o futuro fosse uma estratégia para aliviar as preocupações do presente." (p. 124)

Cristina, que orienta e decide, e Sara, que aceita e obedece, vêm-se isoladas dos sistemas formais de apoio (instituições estatais ou outras). Não sabem quais são nem como procurá-los. Face a esse isolamento relativo, acabam por recorrer às redes informais de parentesco, a expedientes que possam no imediato resolver o problema presente de Sara, o desemprego.

O apoio familiar visto pelos jovens

Um primeiro olhar para as declarações dos jovens entrevistados, em termos de percepções, expectativas e práticas sobre o apoio familiar que receberiam, permitiu aferir diferentes tipos de suporte recebido pelos jovens na fase de transição da escola para o mercado de trabalho:¹⁵

- famílias com elevado grau de apoio, com razoáveis ou elevados níveis de recursos materiais e capitais sociais e humanos;
- famílias com elevado grau de apoio, mas com situações sociais pautadas por uma limitação dos recursos disponíveis;
- famílias com apoio reduzido, devido a problemas sociais, conjugais ou mesmo relacionais com os filhos.

As duas primeiras modalidades foram, claramente, mais frequentes do que a última, o que nos leva a concluir que a maioria destes jovens entende as suas famílias como uma rede de apoio, enquanto estes se “equilibram no arame” das suas trajetórias de transição, nomeadamente da escola para o mercado de trabalho. A família funciona assim como “bolsa” de recurso, a que se recorre mais ou menos frequentemente, constituída por capitais tanto emocionais como materiais, cuja quantidade e variedade varia consoante a condição social dos sujeitos, é certo, disponibilizados pelos pais e entendidos como disponíveis pelos filhos.

Na verdade, os jovens não entendem o apoio familiar, e o conjunto de acções ou disposições que o constituem, como impositivo ou interceptivo na orientação das suas trajetórias, ou seja, as escolhas são entendidas como livres da interferência da família. Mais, com evidentes diferenças e variações na natureza e extensão, o apoio familiar é praticamente unanimemente avaliado de forma positiva e mesmo entusiasta. A autonomia da escolha (escolhas educacionais, pessoais e profissionais) é, por outro lado, extremamente valorizada pelos jovens, o que parece articular-se com uma política de aparente não intervenção parental.¹⁶ Esta postura parece, aliás,

15 Esta secção diz respeito a uma análise global das entrevistas e não apenas aos casos atrás expostos.

16 Mais, tal como em Nilsen, também nós concluímos que “levar uma vida com mobilidade no sentido de passar livremente por vários empregos e parceiros parece atrair os jovens, poder optar é muito importante” (1998: 74). Sem, no entanto, se verificar um desprezo total pela estabilidade. Esta junta-se, como objectivo difuso sem prazo de concretização, aos planos de conjugalidade, parentalidade e criação de unidades residenciais autónomas.

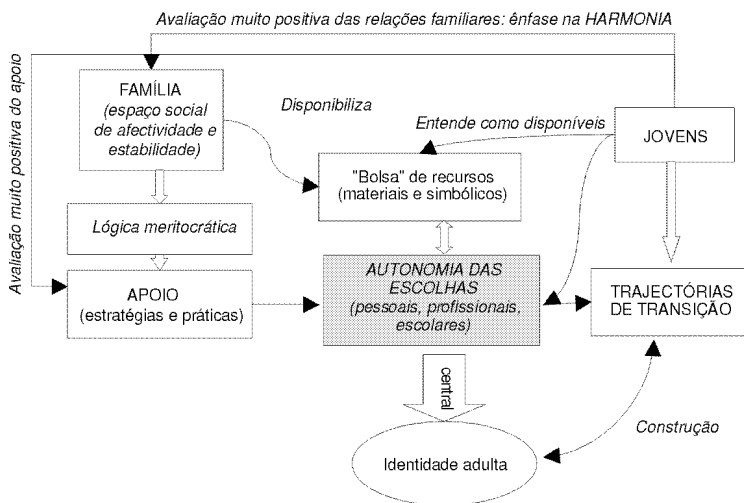


Figura 1 O apoio familiar e autonomia juvenil em processos de transição para a vida adulta

dominar as estratégias de apoio familiar. Na verdade, nos casos que contactámos não foram referidas intervenções ou interferências relevantes por parte dos pais na negociação das transições para o mercado de trabalho que não fossem de aconselhamento ou de “apoio de rectaguarda”. Ou seja, não foram detectadas intervenções explícitas, reconhecidas pelos jovens, embora haja espaço para interferências subtis, sob a forma de sugestões variadas.

A preponderância do valor da autonomia na construção da sua identidade como jovens adultos, é usada como explicação para o recurso a formas de emprego atípicas (como empregos em *part-time* ou ocasionais), mesmo por parte de alguns jovens que, embora gozando de um forte apoio material, não deixam de querer “ganhar o seu próprio dinheiro” de vez em quando.¹⁷ Para o conjunto dos jovens entrevistados, estes trabalhos surgem, assim, como fonte capitalizadora de autonomia adicional face aos pais (central, como se disse, na construção da identidade adulta) e são independentes dos níveis de apoio material que estes estão dispostos e são capazes de fornecer (figura 1).

Por outro lado, se nuns casos nos deparámos com transferências materiais e financeiras de vulto (casas, carros, etc.), noutros os apoios eram apenas visíveis em aspectos instrumentais quotidianos ou em dimensões mais expressivas do quotidiano relacional. No entanto, significativo parece ser o facto de as diferenças objectivas na quantidade dos apoios recebidos não influenciarem a avaliação dos mesmos. Jovens oriundos de famílias com menos recursos, como Fernando e Sara, por

17 De salientar que para estes jovens não se trata propriamente de uma necessidade de sobrevivência, mas de uma mais-valia de cariz opcional. Não será, certamente, sempre assim.

exemplo, não recorrem à comparação com outros jovens mais favorecidos, valorizando o facto de saberem desde cedo que teriam de conseguir determinadas coisas por si próprios. Mais, a percepção subjectiva das desigualdades e dificuldades não parece afectar de maneira significativa o optimismo relativo da maioria destes jovens (Wyn e Dwyer, 1999: 14).

Num outro registo, o apoio familiar não deve ser, na óptica da maioria dos entrevistados, incondicional. Na realidade, o apoio deve estar assente numa lógica meritocrática, que “obriga” os filhos a merecerem o apoio dos pais. Esta lógica discursiva comum, assenta, no entanto, em diferentes conceptualizações de mérito, tão flexíveis consoante os revezes que os jovens vão enfrentando, decisões que resultaram em becos sem saída, inversões de sentido (educacional, profissional e mesmo pessoal) apenas possíveis com a “compreensão” e “apoio” dos pais.

Não deixa de ser relevante o facto de, entre os jovens que abandonaram a escola precocemente, alguns sem completarem o ensino obrigatório, o apoio familiar ser sentido de forma igualmente positiva e intensa. Na verdade, apesar de todos apresentarem filiações sociais caracterizadas por baixas escolaridades, inserções socioprofissionais pouco qualificadas e baixos níveis de rendimentos, estes jovens revelaram-se satisfeitos e crentes no apoio futuro por parte da família, uma vez que dos pais tinham tudo o que queriam na medida das suas possibilidades, ou seja, os tais bens de consumo de relevância simbólica no universo juvenil (telemóveis, consolas, computadores, etc.). Estas ofertas materiais relevantes obtêm efeitos imediatos ao nível da satisfação dos jovens, como foi sublinhado no caso de Sara, que entendem também como prática de apoio (respeito pelas decisões) a aceitação passiva das escolhas em relação à escola. Estes pais, com poucos recursos em termos de capitais culturais e sociais, não parecem deixar de investir nos seus filhos, com os quais estão profundamente envolvidos. Contudo, incapazes de estabelecer uma relação estratégica com o sistema de ensino, cujos efeitos são produzidos a longo termo, acabam por despender recursos consideráveis, fazendo investimentos materiais com resultados muito mais imediatos nos níveis de satisfação dos filhos.

É neste contexto que surge o elo emocional que liga estes jovens aos pais (ou a um deles, no caso de famílias monoparentais), o que é, na perspectiva da maioria dos entrevistados, central na sua existência. No quotidiano familiar são criadas dependências mútuas, muitas de natureza expressiva. Com efeito, a condição de dependência financeira, habitacional ou outra é balanceada discursivamente com a crença na autonomia individual, com (re) invenções da definição da condição adulta, agora mais centrada no desenvolvimento psico-social dos indivíduos, associada a atributos subjectivos como a maturidade, por exemplo, e menos dependente de eventuais passagens estatutárias (emprego, casamento, etc.). Por último, os testemunhos prestados por estes jovens em transição traçaram um cenário em que a família, reduzida à dimensão dos pais, constitui, na verdade, um espaço social de afectividade, estruturado pela continuidade e pela estabilidade, por contraponto ao mercado de trabalho, que é investido de significados opostos, ou seja, imprevisível e por vezes hostil.

Apoiar os filhos: a perspectiva parental

De um modo geral, os pais entrevistados revelaram construir a sua identidade parental, em grande medida, em torno do papel de apoiantes. Igualmente relevante é o facto de ao apoio os pais contraporem decisão e acção. Teoricamente, as escolhas dos filhos são bem aceites, mas nos seus discursos subjaz uma exigência ou, pelo menos, o desejo de que os filhos revelem capacidade de iniciativa. Tendem, confirmando as afirmações dos filhos, a professar uma política de não interferência, concentrando as suas “preocupações” em criar “condições” e “orientando” os seus filhos na obtenção dos capitais adequados, educacionais e outros, para enfrentar as suas vidas profissionais. A juventude nas suas múltiplas interpretações, com fronteiras e limites fluidos e flexíveis, é entendida, assim, como um tempo de preparação, durante o qual os pais desenvolvem estratégias de transmissão, mais ou menos explícitas, de valores e atitudes, ao mesmo tempo que tentam criar as condições (possíveis) para o desenvolvimento pessoal e escolar.

Com efeito, ter algum tipo de qualificação é unanimemente considerado como a base necessária para encarar o futuro com algum tipo de segurança. A centralidade da obtenção de capitais escolares por parte dos filhos surge assim como central nos discursos dos pais, com evidentes diferenças, tanto nos resultados como nas diversas modalidades, mais ou menos estratégicas, de pôr em prática esse objectivo. E mesmo assim sem garantias, como alguns salientam. No entanto, as múltiplas experiências profissionais e educacionais que os filhos possam acumular, mesmo que em áreas descoincidentes com as carreiras educacionais desenvolvidas ou com as áreas de ambição profissional, são igualmente entendidas como aprendizagens úteis e como aquisição de competências usáveis noutros contextos, nas experiências profissionais futuras ou mesmo na vida em geral.

Por outro lado, subjacente nos testemunhos que recolhemos estava a projecção, mais ou menos explícita, de uma determinada modalidade de regulação da dinâmica familiar a que certos papéis estão associados: os filhos devem decidir ao passo que aos pais cumpre a “função” de apoiar (continuamos a estar no plano discursivo, note-se). Esta tendência atravessa estatutos sociais dos pais e qualificações obtidas pelos filhos. Na verdade, os pais sublinham maioritariamente a importância de as escolhas dos filhos serem idealmente feitas autónoma e independentemente. No entanto, é necessário tomar em consideração o facto de os contextos de escolha serem, como afirmamos acima, complexos e, embora a maioria dos pais defenda uma atitude não interventora, pressões subtis e influências podem ter ocorrido, como alguns, aliás, admitem. Deste modo, o que se acredita ser completamente livre em termos normativos deve ser entendido no âmbito de uma autonomia situada em termos práticos. Autonomia situada num certo sistema de normas e também num determinado conjunto de práticas socializadoras que contribuem para restringir ou amplificar o campo de possibilidades e de escolhas efectivamente disponíveis para os jovens. Falar-se-ia então da existência de uma determinada influência modeladora das trajectórias exercida em contexto familiar.

Este paradigma de relacionamento familiar é, no entanto, baseado em diferentes princípios, consoante o posicionamento social e cultural dos pais. Se para

uns é uma questão de premissas educativas desenvolvidas e reflectidas ao longo da educação dos filhos, postura defendida pelos pais mais qualificados, para os pais oriundos de estatutos sociais e culturais mais desfavorecidos trata-se da assunção da falta de competências formais para providenciar aconselhamento adequado ou orientação em certas dimensões. Concomitantemente, ou não, com a explanação dos motivos subjacentes à definição de tais práticas educativas, emerge a questão da construção da estratégia parental de relacionamento intergeracional por oposição à experienciada, ou seja, foi frequente ouvir pais justificarem as suas opções por via do seu passado: não querem interferir na vida dos filhos como interferiram na sua; não querem “controlar” ou “oprimir” as vivências dos filhos como as suas foram “controladas” ou “oprimidas”. Esta referência constante à mudança (“no meu tempo era diferente...”) não deixa de reflectir as transformações profundas ocorridas na sociedade portuguesa, que no espaço de poucas gerações passou, apesar dos efeitos assimétricos dessas transformações, de uma parentalidade regida pela austeridade e restrição moral para uma vivência das relações familiares regidas pelo afecto e pela liberdade relativa (Pais, 1998).

Por outro lado, e revelando a prevalência de alguns traços de tradicionalismo na orientação normativa das relações familiares, surge a noção de que é a ausência de objectivos profissionais ou educacionais nos filhos que pode conduzir ao reequacionamento dos apoios disponibilizados. Na verdade, articulado com o princípio de que os filhos devem/têm de decidir, alguns entrevistados foram um pouco mais longe, condenando situações em que os jovens abdicam de objectivos educacionais (abandonando ou falhando anos escolares), não os substituindo por metas no mercado de trabalho. A transmissão do valor da responsabilidade passa, na sua opinião, pela transferência objectiva de algum ónus pela consciencialização sobre decisões e opções individuais. Aparentemente, a condição parental para manter ou mesmo reforçar o apoio (material e emocional) é a percepção da progressão na trajectória (talvez assente numa lógica tradicional de linearidade), ou seja, a percepção de que, mais ou menos estratégica ou reflexivamente, os filhos estão a construir um caminho.

Como tem vindo a ser afirmado, os filhos devem assim preparar-se para a vida adulta através da aquisição de capitais escolares ou através da acumulação de competências diversas no mercado de trabalho, simultaneamente ou não. Não fazer nada, “estar parado na vida” não é, deste modo, aceitável, o que não deixa de ser uma manifestação clara de uma ética centrada no valor do trabalho, isto é, marca de um certo tradicionalismo ainda presente nas representações da maioria dos pais entrevistados.¹⁸ Algum tradicionalismo estará também presente quando a relação com o dinheiro é avaliada. Com particular incidência nos pais de estatuto social mais desfavorecido, surgiu a tendência de se considerar, criticando a inclinação de actualmente se gastar prioritariamente o dinheiro ganho em lazeres e bens de

18 Esta oposição não deixa de ser, metaforicamente falando, um confronto (suave apesar de tudo) entre uma ética da cigarra (adoptada por muitos dos jovens que entrevistámos) e uma ética da formiga (defendida pela maioria dos pais), como referida por Pais (2001: 408), presente, desta feita, no diálogo intergeracional.

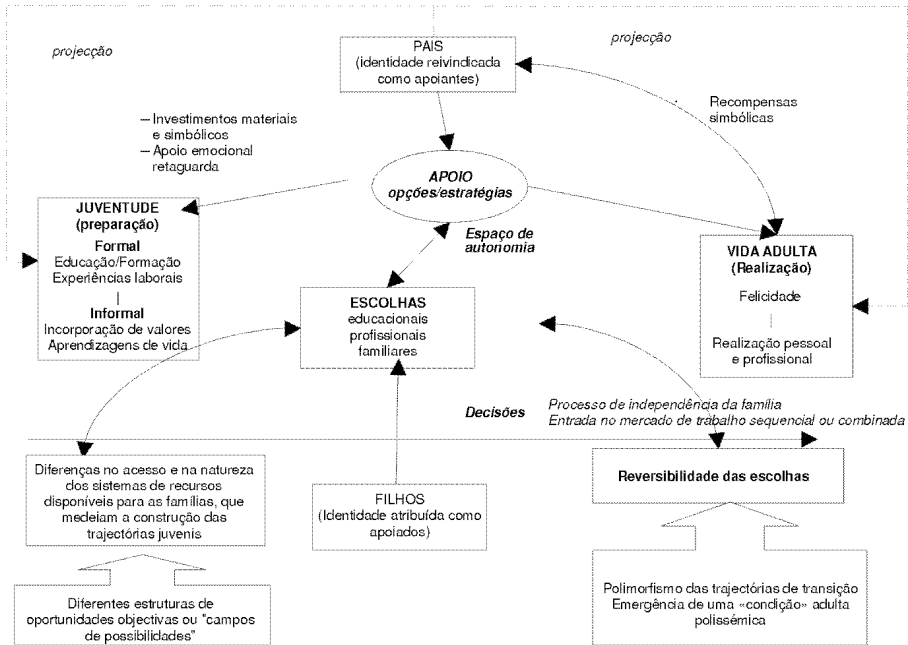


Figura 2 Juventude e vida adulta: transições e apoio familiar na perspectiva parental

consumo, que os jovens não salvaguardam o futuro através de práticas de poupança.

A ênfase colocada na educação, como meio de maximizar o potencial de transição (encontrando um bom emprego, por exemplo), dá lugar a uma perspectiva “leve” do futuro dos filhos ou, para se ser mais preciso, do que eles consideram importante para os seus filhos como adultos. Sendo natural que se deseje a felicidade dos filhos (o que se verificou unanimemente) os pais (à semelhança dos filhos aliás) tendem a evitar objectivar *timings* para as metas e objectivos de vida. Acabam, assim, por concentrar os seus discursos em torno dos princípios, valores e atitudes genéricas perante a vida (com uma nítida base moral), que consubstancia uma certa estratégia de transmissão de valores.

A figura 2 procura resumir o modo como os pais, de um modo geral, percebem as transições e projectam a juventude — tempo de aprendizagem formal e informal — e a vida adulta — tempo de realização e, simultaneamente, tempo de recompensas simbólicas e, quem sabe, materiais e instrumentais, pelos investimentos feitos na criação dos filhos.

Reflexões finais

Através do contacto com jovens a experienciar transições, algum tempo após terem terminado um ciclo educativo ou abandonado definitivamente a escola,

encontrámos indivíduos em diferentes estágios do seu desenvolvimento pessoal, com um acesso diferenciado a recursos materiais e simbólicos, traçando um retrato heterogéneo das transições concretas e dos apoios objectivos elencados por pais e filhos. Por outro lado, os resultados exploratórios aqui apresentados de forma sintética parecem apontar no sentido da existência de uma configuração das relações familiares que assenta num certo paradigma normativo de regulação das expectativas intergeracionais. Neste, a crença na autonomia da escolha dos e pelos jovens e a harmonia relacional emergem como os principais eixos estruturadores. Este paradigma normativo, que preside à formulação das estratégias (mais ou menos explícitas) de investimento material e simbólico nas trajetórias dos filhos pelos pais — os filhos como projecto —, é, por seu turno, mediado pelas representações do papel da família, enquanto instância socializadora, e baseado na natureza eminentemente afectiva e convivial dos laços familiares. Apoiar os filhos, mais do que um “dever”, trata-se, assim, de um “prazer”, ou seja, é forçoso contabilizar as recompensas simbólicas reivindicadas pelos pais, como justificação para os “sacrifícios” que o apoio implica, entendidos aqueles como investimentos e transferências de ordem material.

Contudo, há que situar as transições num contexto mais amplo de transformações sociais profundas que mudaram (e ainda mudam) as relações de produção, ao introduzir novas dinâmicas de regulação do mercado de trabalho: os jovens actualmente têm de lidar com a precariedade, imprevisibilidade e instabilidade das relações contratuais, que exigem competências de flexibilidade e adaptabilidade num modo, até certo ponto, estranho à geração dos pais. Mais, não se trata só de transformações nas regras, como em alguns segmentos se verifica, mas da emergência de sistemas alternativos de normas, como quando os indivíduos têm de lidar com a economia informal e/ou mercado de trabalho “negro”. Este cenário poderá estar na base da importância que o valor estabilidade, como objectivo difuso, tem para a maioria dos jovens. Isto é, a estabilidade, habitualmente associada a constelações normativas de cariz mais materialista, surge, frequentemente, no discurso dos jovens no meio de um conjunto de valores pós-materialistas ou de ênfase expressiva, como a realização pessoal em detrimento dos rendimentos materiais (Lewis e outros, 1999). Este dado remete para a complexidade da realidade social, que constantemente revela (aparentes) paradoxos, inconsistências e incoerências, ao mesmo tempo que nos informa da densidade dos sistemas de representações e valores dos sujeitos (Pais, 1998; Nilsen, 1998). Mais significativo ainda é o facto de os sentimentos de ansiedade relativamente ao modo de funcionamento do mercado de trabalho na actualidade terem-se verificado de maneira mais intensa no discurso dos pais, que experienciarão a mudança social, uma vez que para os jovens é a única realidade que conhecem e da qual tentam inclusivamente tirar proveito, insistindo nas mais-valias da mobilidade. Essa instabilidade que os jovens enfrentam emerge mesmo como uma motivação suplementar para o apoio material e emocional a disponibilizar pelos pais aos filhos.¹⁹

19 A normalização do risco e das incertezas nos discursos juvenis, como parte integrante da vida quotidiana, em relação ao mercado de trabalho ou outras dimensões da vida, é, na realidade, frequente (Green, Mitchell e Bunton, 2000).

Por outro lado, deparámo-nos com uma dinâmica de funcionamento familiar centrada nos filhos. Esta está subjacente a todos os investimentos simbólicos e materiais efectuados nas suas trajetórias, articulados em mais ou menos explícitas estratégias de apoio. A base convivial e afectiva das interações familiares contribuiu, por outro lado, para a configuração de um retrato genérico relativamente harmonioso das relações intergeracionais, havendo mesmo lugar a dependências mútuas de natureza expressiva e instrumental. Estes resultados vão ao encontro do que foi caracterizado por Pais como uma solidariedade familiar de base convivial (1998: 38-39), na qual as relações de parentesco, neste caso as relações no seio da família nuclear, são na maioria das vezes reguladas por laços afectivos, de onde derivam os deveres e as reciprocidades, mais do que por uma metamoralidade de raiz religiosa que caracterizava a sociedade portuguesa tradicional.

Num outro registo, a (re)configuração dos sistemas culturais e normativos que presidem às práticas sociais, nomeadamente no que diz respeito a uma maior pressão social no sentido do desenvolvimento de processos individualizados de construção biográfica, não deve ser negligenciada. Atente-se na relevância que as escolhas, decisões e opções de vida, articuladas com a centralidade do binómio autonomia/responsabilidade, assumiram na reconstrução discursiva das trajetórias pelos jovens. No entanto, a crescente importância de um sistema simbólico de valores e representações, associado a um modo de vida caracterizado por um individualismo expressivo nas gerações mais jovens — todos tendem a tomá-lo como referência —, acaba por colidir com a prevalência das hierarquias sociais e as forças de reprodução social, mesmo que de uma forma menos intensa do que na geração dos pais (Pais, 1998: 35).

De facto, os processos sociais que convergem na relevância crescente de valores associados à expressão e desenvolvimento individual, como sejam, por exemplo, a importância discursiva atribuída às qualificações, à realização profissional em detrimento dos ganhos materiais, etc., estão geralmente presentes nos discursos de jovens com distintas condições sociais e educacionais, o que parece indicar, até um certo limite, a presença homogénea de certo tipo de valores mais pós-modernos, se bem que, no caso específico da valorização das qualificações, surja de uma forma difusa e distanciada. Na verdade, a ideia de que a escola e as qualificações que ela confere são importantes foi uma constante. Resta saber se se trata uma valorização *a posteriori*, resultante de um primeiro confronto com o mercado de trabalho e as suas exigências, ou se constitui uma reprodução do discurso dos pais que constroem parte da sua lógica de apoio na obtenção de qualificações, ou ainda uma manifestação do clima de “adesão distanciada” dos jovens à escola, que Abrantes (2003) encontrou na sua pesquisa. Contudo, esta aparente homogeneidade de valores e representações não tem uma tradução directa nas práticas sociais destes jovens em transição. Isto é, os efeitos que os primeiros têm sobre as segundas sugerem que as hierarquias, diferenças objectivas nos capitais sociais, culturais e económicos, tanto dos sujeitos como das famílias vistas como unidades sociais, desempenham um papel mediador na modelação do “campo de possibilidades” destes jovens. Veja-se, aliás, o entendimento diferenciado das expectativas de escolarização que os pais têm para os seus filhos, ou seja, se para Cristina o sonho seria que os

filhos tivessem o 9.º ano, para Henrique algo menos que o ensino superior seria inaceitável.

A amplitude deste “campo de possibilidades”, entendido como a articulação entre as oportunidades estruturais existentes num dado momento e a capacidade que alguns indivíduos revelam, adquirida por via de qualificações ou por efeito socializador de ambientes familiares mais favorecidos, para as gerir e delas tirar proveito, varia consoante o nível de acesso aos diferentes recursos. Na verdade, são os jovens que efectivamente beneficiam de mais apoio objectivo, pelo menos em termos de transferências materiais, por parte da família, principalmente entre jovens com qualificações secundárias ou terciárias, que mais defendem uma lógica meritocrática na atribuição desse apoio. Esta postura não deixa, no entanto, de ser coerente com a importância atribuída à autonomia e à independência das escolhas pessoais, escolares e profissionais. Ou seja, estes jovens apreciam a ideia de concretizar os objectivos de vida (mais ou menos definidos) pelos seus próprios meios, o que parece contribuir para o aumento dos sentimentos de *empowerment* identitário na construção de uma identidade de adulto, ou de jovem adulto.

Não é possível, todavia, negligenciar o facto de os jovens oriundos de meios mais favorecidos, terem um acesso mais facilitado a recursos materiais e simbólicos, quer por via do apoio familiar, quer pelas competências entretanto adquiridas (as qualificações atingidas são neste aspecto um indicador fundamental), que lhes permitem construir, obter ou desenvolver esses ou outros recursos necessários ou pretendidos. Estas competências traduzem-se, em parte, no domínio de determinados códigos simbólicos, em termos de linguagens e conhecimentos práticos, que possibilitam uma relação relativamente eficiente com todos os segmentos das instituições sociais (educação, emprego, estado, e até mesmo a família) assim como potenciam uma articulação mais eficaz entre competências, formal e informalmente adquiridas, em interações sociais com maior ou menor grau de formalidade. É certo que acontecimentos inesperados, como uma gravidez indesejada, desemprego, problemas familiares, só para dar alguns exemplos mais comuns, podem ocorrer ao longo dos múltiplos processos transicionais vividos pelos jovens, obrigando frequentemente a uma renegociação, subjectiva mas também familiar, das expectativas e eventuais objectivos de curto e médio prazo. A possibilidade de ocorrerem acontecimentos inesperados pode mesmo ser considerada como um dos fundamentos da adopção de estratégias defensivas face ao futuro, tal como definidas por Pais (2003), e igualmente presentes nos casos que contactámos: uma ética de vida que privilegia o dia-a-dia, recusando o estabelecimento de prazos concretos para objectivos de vida, que surgem assim dissipados num futuro imprevisível e incerto.

Num outro nível, é exactamente a inabilidade de incorporar e/ou aprender as lógicas de funcionamento institucional (terão tido as oportunidades adequadas para o fazer?) que parece colocar jovens pouco qualificados, ou que abandonaram o ensino, na periferia do mercado de trabalho, em termos de oportunidades e tipos de emprego possíveis, o que remete uma vez mais para a relevância do conceito de literacia (Gomes, 2003). Aparentemente estes indivíduos, quase todos oriundos de famílias social e economicamente desfavorecidas, carecem das competências

necessárias para lidar com certas solicitações sociais, nomeadamente e especialmente com o sistema de ensino. Neste sentido, a mediação entre a importância discursiva atribuída à obtenção de qualificações, tanto por pais como pelos filhos, e os investimentos simbólicos e materiais na escolarização, igualmente referidos por ambos, ou a ausência deles, para se ser mais preciso, parecem sofrer uma espécie de curto-circuito quando planos e estratégias têm de ser definidos ou decisões têm de ser tomadas.

Isto resulta, muitas vezes, numa dupla exclusão: uma exclusão dos sistemas institucionalizados e institucionais onde se desenrolam as trajectórias para o mercado de trabalho com expectativas de mobilidade, por via da acumulação de capitais escolares; e, simultaneamente, uma exclusão simbólica do espaço de intervenção estatal, que não opera a nível local ou fá-lo de forma pouco eficaz dentro das proximidades sociais e geográficas subjectivamente percebidas pelos sujeitos. Se pais e filhos tendem a considerar esta exclusão como sendo automotivada, gerada por (in)competências e (in)capacidades diversas, porque as que detêm são diferentes e terão outros sentidos e utilidades, é porventura possível questionar se esta exclusão não resultará do facto de a estas famílias nas margens não terem sido dados os meios para acederem e incorporarem os códigos simbólicos formais que medeiam as interações entre os actores e as instituições sociais.

No limite, os jovens com este tipo de trajectória, apesar de objectivamente apresentarem maiores necessidades de apoio nas suas transições para o mercado de trabalho, tendo em conta a limitação dos recursos na unidade familiar, são mais frequentemente excluídos, reforçando por esta via as dinâmicas de reprodução social das desigualdades, do acesso a uma certa “plataforma” de conhecimento(s) e linguagem(ns) indispensáveis nas interações com o mercado de trabalho, o sistema de ensino ou as instituições estatais em geral.

Por seu turno, ao formal, institucional e distante opõem-se o informal, interaccional e próximo, donde se explica a centralidade nestes casos das redes informais de apoio (baseadas ou não no parentesco) e das aprendizagens igualmente informais. Com efeito, estes são domínios onde as experiências e competências destes indivíduos em aparente situação de exclusão social parecem revestir-se de maior validade, sentido e aplicabilidade, ou seja, onde os sujeitos se sentem incluídos. Domínios que, tendo uma substância social, e mesmo geográfica, relativamente definida, dão às fronteiras dos acima definidos “campos de possibilidades” uma existência quase corpórea.

Este olhar intergeracional das transições para o mercado de trabalho constitui uma aproximação exploratória das estruturas de significados, valores e representações que pais e filhos — com variadas origens sociais e igualmente diversas trajectórias de vida — associam aos processos de transição para a vida adulta e à natureza e papel do apoio familiar nesses processos. Encontrámos famílias que, genericamente, apoiam os filhos, entendidos muitas vezes como projectos e realizando-se os pais nas suas trajectórias, embora fazendo uso de diferentes concepções de apoio. Por outro lado, podem estes resultados, aqui apresentados de forma muito sumária, constituir substância empírica para um melhor entendimento do modo como processos macro-sociais, como a individualização, por exemplo (tão

presente na literatura sociológica sobre transições juvenis), são temperados com a prevalência de processos de reprodução social de desigualdades sociais e exclusões diversas.

Mais, pretendeu-se contribuir com esta análise para perceber o modo como estes processos combinados são, no contexto da modernidade tardia em Portugal, geradores de múltiplas inconsistências e paradoxos, modelando diferentes sistemas de oportunidades, que são lidos e entendidos pelos indivíduos de maneira tão diversa como a estrutura e volume de recursos que possuem, constroem ou obtêm. Surgindo o estado como um actor social marginal no entendimento dos indivíduos entrevistados (tanto pais como jovens), é a família, enquanto sistema denso e complexo tanto de relações sociais como de transferências materiais e simbólicas, que se constitui como uma unidade analítica particularmente relevante para entender o essencial das transições para a vida adulta nas suas múltiplas e diversas manifestações, recusando esta perspectiva analítica qualquer aproximação redutora e linear da realidade social e dos processos de transição objecto desta reflexão.

Referências bibliográficas

Livros e artigos científicos

- Abrantes, Pedro (2003), "Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, pp. 93-115.
- Ball, Stephen J., Meg Maguire, e Sheila Macrae (2000), "Space, work and the 'new urban economies'", *Journal of Youth Studies*, 3 (2), pp. 279-300.
- Bawin-Legros, Bernadette, e Jean-François Stassen (2002), "Intergenerational solidarity: between the family and the state", *Current Sociology*, 50 (2), pp. 175-183 (9).
- Biggart, Andy, David Cairns, José Machado Pais, Lia Pappámikail, René Bendit, e Kerstin Hein (2003), *Families and Transitions in Europe: Survey Report of Young Adults in Education and Training Institutions*, University of Ulster, Junho 2003 (policopiado).
- Côté, James E. (2002), "The role of identity capital in the transition to adulthood: the individualization thesis examined", *Journal of Youth Studies*, 5 (2), pp. 117-134.
- Ferrão, João, e Fernando Honório (1999), *Saída Prematura do Sistema Educativo: Aspectos da Situação, Causas e Perspectivas em Termos de Emprego e Formação*, Lisboa, Observatório do Emprego Formação Profissional.
- Figueiredo, Alexandra, Catarina Silva, e Vítor Ferreira (1999), *Jovens em Portugal: Análise Longitudinal de Fontes Estatísticas*, Oeiras, Celta Editora.
- Furlong, Andy, e Fred Cartmel (1997), *Young People and Social Change: Individualization and Risk in Late Modernity*, Buckingham, Open University Press.
- Galland, Olivier (1997), *Sociologie de la Jeunesse*, Paris Armand-Colin.
- Gomes, Maria do Carmo (2003), "Literexclusão na vida quotidiana", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, pp. 63-92.

- Green, Eileen, Wendy Mitchell, e Robin Bunton (2000), "Contextualizing risk and danger: an analysis of young people's perceptions of risk" *Journal of Youth Studies*, 3 (2), pp. 109-126.
- Inglehart, Ronald (1990), *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald (1997), *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Lewis Suzan, e outros (1999), *Futuros em Suspensão: Jovens Europeus Falam Acerca da Conciliação entre Trabalho e Família*, Lisboa, ISCTE.
- Mateus, Sandra (2002), "Futuros prováveis: um olhar sociológico sobre os projectos de futuro no 9.º ano", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 117-150.
- Mauritti, Rosário (2002), "Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 85-116.
- Mead, Margaret (1971), *Le Fosse des Générations*, Paris, Denoël-Conthier.
- Nilsen, Ann (1998), "Jovens para sempre?", dossiê jovens europeus e o futuro: emprego e vida familiar, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 27, pp. 59-78.
- Nilsen, Ann, Maria das Dores Guerreiro, e Julia Brannen (2001), "'Most choices involve money': different pathways to adulthood", em Julia Brannen e outros (orgs.), *Young Europeans, Work and Family: Futures in Transition*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 162-184.
- Nunes, João Arriscado (1995), "Com mal ou com bem, aos teus te além: as solidariedades primárias e os limites da sociedade providência", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, pp. 5-25.
- Pais, José Machado (1996), "A geração yô-yô", em *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces Outros Olhares: As Ciências Sociais nos Países de Língua Portuguesa e os Desafios Contemporâneos*, Actas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Julho de 1994.
- Pais, José Machado (org.) (1998), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Pais, José Machado (org.) (2001) *Ganchos, Tachos e Biscates*, Lisboa, Editora Âmbar.
- Pais, José Machado (2003) "The multiple faces of the future in the labyrinth of life", *Journal of Youth Studies*, 6 (2), pp. 115-126.
- Pais, José Machado, e Manuel Villaverde Cabral (orgs.) (1998), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora.
- Plug, Wim, Elke Zeijl, e Manuela du Bois-Reymond (2003), "Young people's perceptions on youth and adulthood: a longitudinal study from the Netherlands", *Journal of Youth Studies*, 6 (2), pp. 127-144.
- Rudd, Peter, e Karen Evans (1998), "Structure and agency in youth transitions: student experiences of vocational further education", *Journal of Youth Studies*, 1 (1), pp. 39-62.
- Santos, Boaventura de Sousa (1993), *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Edições Afrontamento.
- Schneider, Judy (2000), "The increasing financial dependency of young people on their parents", *Journal of Youth Studies*, 3 (2), pp. 5-20.

- Solomon, Yvette, Jo Lewis, Charlie Warin, e Wendy Langford (2002), "Intimate talk between parents and their teenage children: democratic openness or covert control?", *Sociology*, 36 (4), pp. 965-1002.
- Wall, Karin, Pedro Vasconcelos, Sofia Aboim, e Vanessa Cunha (2001), "Families and informal support networks in Portugal: the reproduction of inequality", *Journal of European Social Policy*, II (3), pp. 213-233.
- Wyn, Johana, e Peter Dwyer (1999), "New directions in research on youth in transition" *Journal of Youth Studies*, 2 (1), pp 5-21.

Documento electrónico

- Pappámikail, Lia (2004), *Families and Transition in Europe, WP3 and WP4, National Report, Portugal*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, <http://www.socsci.ulst.ac.uk/policy/fate/pubs/3%20Portugal%20national%20report.pdf> (Setembro de 2004).

Lia Pappámikail. Socióloga. Doutoranda e investigadora associada júnior do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
E-mail: lia.almeida@ics.ul.pt

Resumo/ abstract/ résumé/ resumen

Relações intergeracionais, apoio familiar e transições juvenis para a vida adulta em Portugal

O presente artigo pretende dar conta da articulação entre relações/culturas familiares e transições para a vida adulta integrando-a, simultaneamente, no debate acerca dos limites e fronteiras da individualização nas trajetórias juvenis. Com efeito, a partir da apresentação de resultados exploratórios resultantes da participação portuguesa numa pesquisa comparativa europeia (*Families and Transitions in Europe*), é atribuída uma particular ênfase às estratégias de apoio familiar e aos valores, representações e atitudes a elas associadas por pais e filhos, numa aproximação intergeracional das questões relacionadas com as trajetórias juvenis (escolares, profissionais e pessoais).

Palavras-chave Relações intergeracionais, transições para a vida adulta, apoio familiar, individualização.

Intergenerational relationships, family support and the transition of young people to adult life in Portugal

This article seeks to give an account of the co-ordination between family relationships/cultures and transitions to adult life, simultaneously integrating this into

the debate on the limits and boundaries of the individualization of youth trajectories. In effect, on the basis of the exploratory results of the Portuguese participation in a comparative European research task (*Families and Transitions in Europe*), particular emphasis is given to family support strategies and the values, representations and attitudes associated with them by parents and children, in an intergenerational coming together of the issues related with the (personal, professional and school) life trajectories of the young people.

Key-words Intergenerational relationships, transitions to adult life, family support, individualization.

Relations intergénérationnelles, soutien familial et transitions juvéniles vers la vie adulte au Portugal

Cet article rend compte de l'articulation entre relations/cultures familiales et transitions vers la vie adulte, tout en la resituant dans le débat autour des limites et des frontières de l'individualisation dans les trajectoires juvéniles. A partir de la présentation des résultats exploratoires issus de la participation portugaise à une recherche comparative européenne (*Families and Transitions in Europe*), l'accent est mis sur les stratégies de soutien familial et sur les valeurs, les représentations et les attitudes qui y sont associées par les parents et les enfants, selon une approche intergénérationnelle des parcours de vie des jeunes, au plan scolaire, professionnel et personnel.

Mots-clés Relations intergénérationnelles, transitions vers la vie adulte, soutien familial, individualisation.

Relaciones intergeneracionales, apoyo familiar y transiciones juveniles hacia la vida adulta en Portugal

El presente artículo pretende tratar la articulación entre relaciones/culturas familiares y transiciones hacia la vida adulta integrándola, simultáneamente, en el debate sobre los límites y fronteras de la individualización en las trayectorias juveniles. En efecto, a partir de la presentación de los resultados exploratorios resultantes de la participación portuguesa en una encuesta comparativa europea (*Families and Transitions in Europe*), se atribuye un énfasis particular a las estrategias de apoyo familiar y a los valores, representaciones y actitudes a ellas asociadas por padres e hijos, en una aproximación intergeneracional de las cuestiones/asuntos relacionados con las trayectorias juveniles (escolares, profesionales y personales).

Palabras-clave Relaciones intergeneracionales, transiciones hacia la vida adulta, apoyo familiar, individualización.